Os fundos de pensão estão diante do desafio de encontrar o delicado equilíbrio entre a eficiência econômica e a proficiência regulatória, num ambiente em que o gerenciamento da exposição ao risco econômico e ao risco contábil-regulatório é essencial para o êxito da gestão de longo prazo. A análise foi feita nesta quinta-feira por Carlos Renato Salami, membro da CTN de Investimentos da Abrapp, durante o painel de debates sobre Gestão Integrada do Passivo e do Ativo Focada em Riscos, uma das apresentações no 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão que acontece até amanhã, sexta-feira, em Brasília.

Ao avaliar a atual conjuntura sob o ponto de vista da gestão de ativos, passivos e solvência sob o foco do risco, Salami explicou que as EFPCs estão expostas ao risco econômico de forma constante uma vez que precisam capitalizar recursos de modo a atingir um retorno que garanta juro real mais a variação da inflação. Ele observou ainda que existe aí um claro conflito porque em geral as realocações de ativos necessárias para garantir a aderência no curto prazo acabam sendo prejudiciais no longo prazo. Em relação à precificação dos ativos e passivos, cujas regras foram modificadas pelas Resoluções 15 e 16 de 2014, o avanço foi importante mas o assunto ainda precisa ser complementado por uma mudança também nos critérios de solvência, com a incorporação do conceito de duration.

A gestão de ativos e passivos sob o foco da atuária está exposta a três dificuldades principais, segundo observou no mesmo Painel o membro da CTN de Atuária da Abrapp, Guerino Pirollo Junior. São eles o cenário econômico com inflação elevada, o que dificulta o atingimento das metas atuariais dos fundos de pensão; a perspectiva de médio e longo prazos de queda dos juros e a maior longevidade da população e, finalmente, a insegurança que a conjuntura de instabilidade econômica produz nos participantes dos planos de benefícios. Nesse ambiente, os principais desafios também são três: gerir ativos frente ao cenário atual e futuro para continuar obtendo patamares de rentabilidade que não frustrem a expectativa dos participantes; intensificar os programas de educação financeira e previdenciária de maneira alinhada à psicologia econômica e identificar eventuais oportunidades de investimento em período de crise.

Fonte: Abrapp, em 08.10.2015.